

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
BACHARELADO EM ECONOMIA

**DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO:  
AMÉRICA LATINA E SUDESTE ASIÁTICO NA DÉCADA DE 2000**

ALUISIO JOSÉ DA SILVA SALGADO ARAUJO

Matricula: 094209523

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
BACHARELADO EM ECONOMIA

**DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO:  
AMÉRICA LATINA E SUDESTE ASIÁTICO NA DÉCADA DE 2000**

ALUISIO JOSÉ DA SILVA SALGADO ARAUJO

Matricula: 094209523

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de  
Graduação em Economia da  
UFRJ, como requisito para a  
obtenção do grau de Bacharel  
em Economia.

Orientador: Prof. Eduardo da Costa Pinto

RIO DE JANEIRO

2017

A658d Araujo, Aluisio José da Silva Salgado

Diferentes estratégias de inserção na globalização: América Latina e Sudeste Asiático na década de 2000 / Aluisio José da Silva Salgado Araújo. – Rio de Janeiro, 2017.

44f.

Orientador: Eduardo da Costa Pinto  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1. Globalização 2. América Latina. 3. Sudeste Asiático. I. Título.

**DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO:  
AMÉRICA LATINA E SUDESTE ASIÁTICO NA DÉCADA DE 2000**

ALUISIO JOSÉ DA SILVA SALGADO ARAUJO

Matricula: 094209523

Trabalho de conclusão de curso,  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Economia, da UFRJ, como requisito parcial  
à obtenção do grau de Bacharel em  
Economia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.Orient. Eduardo da Costa Pinto  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup>Isabela Nogueira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.Alexandre Freitas  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*A Deus, que está proporcionando este momento único na minha vida  
A minha família, que é a base para a construção do meu futuro  
E a mim, por conseguir força em levar a frente todos os meus objetivos*

## RESUMO

ARAÚJO, Aluisio José da Silva Salgado. **Diferentes estratégias de inserção na globalização: América Latina e Sudeste Asiático na década de 2000.** 2017. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Analisa as diferentes estratégias de desenvolvimento das economias da América Latina e Sudeste Asiático no processo de globalização na década de 2000. Parte-se do conceito de desenvolvimento articulado, a ideia de centro e periferia, conforme desenvolvido pelos autores cepalinos, e sob um contexto do capitalismo cada vez mais marcado pela centralização do capital, pela internacionalização da produção e pela ampliação da financeirização. Na América Latina, a inserção (passiva) ocorreu através de políticas de estabilização, reformas econômicas e abertura da economia que implicou no aumento da participação das commodities na estrutura produtiva e redução do papel da indústria; ao passo que na Ásia a inserção ocorreu de forma ativa por meio da ampliação do papel da indústria de manufaturas e uma abertura financeira controlada. É possível identificar dois padrões regionais asiáticos desse processo. O primeiro em que o Japão comandou essa dinâmica por meio da estratégia dos “gansos voadores” e depois (o segundo) em que a China se transforma no eixo dinâmico regional, ao se tornar a “fábrica do mundo”.

**Palavras-chaves:** Globalização. América Latina. Sudeste Asiático.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO: DIMENSÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS</b>	<b>9</b>
<i>2.1 Desenvolvimento Capitalista: Centro e Periferia;</i>	<b>9</b>
<i>2.2 Interpretações para o Desenvolvimento;</i>	<b>11</b>
<i>2.3 A Globalização Produtiva: fragmentação do processo produtivo com centralização do controle.</i>	<b>15</b>
<i>2.4 Globalização Financeira</i>	<b>19</b>
<b>3 A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 2000: O BOOM DAS COMMODITIES E A MELHORA DISTRIBUTIVA</b>	<b>22</b>
<i>3.1 América Latina no início dos anos 2000</i>	<b>22</b>
<i>3.2 O Boom das Commodities para a América Latina</i>	<b>26</b>
<i>3.3 A Consequência do Boom para a América Latina</i>	<b>30</b>
<b>4 O SUDESTE ASIÁTICO NOS ANOS 2000: O APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO</b>	<b>32</b>
<i>4.1 O desenvolvimento Chinês</i>	<b>32</b>
<i>4.2 O desenvolvimento asiático: a inserção pela industrialização</i>	<b>35</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As estratégias de desenvolvimento são constituídas por uma série de instrumentos utilizados pelos países subdesenvolvidos, com vistas a encontrar uma saída para o atraso econômico e para tentar solucionar os problemas estruturais de suas economias. Embora seja difícil estabelecer uma conceituação do que seja o desenvolvimento econômico, é possível identificar algumas práticas comuns entre os países subdesenvolvidos. A forma como se apresenta o desenvolvimento nos países centrais é bastante diferente da apresentada nos países periféricos. Isto é um fato decorrente do modelo de industrialização que tende a ser, no caso das economias periféricas, um modelo concentrador de renda, especializado e heterogêneo nas estruturas primário-exportadoras. Já nas economias centrais este modelo é homogêneo, diversificado e incorporador de progresso técnico.

Assumindo as características das economias periféricas e centrais, analisando as implicações do modelo centro-periferia sobre elas, é preciso mostrar como se aplicam empiricamente as estratégias de desenvolvimento destes países. Há vários aspectos que podem ser abordados, porém o que envolve o interesse deste estudo é o de mostrar, no contexto da globalização, as diferentes estratégias de inserção na globalização, principalmente na América Latina e no Sudeste Asiático.

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise introdutória a respeito das diferentes trajetórias econômicas das economias da América Latina e do Sudeste Asiático na década de 2000, especificando suas estratégias de desenvolvimento articulados aos processos de inserções diferenciados dessas regiões ao processo de globalização. Além desta introdução, ele é composto por mais três capítulos e uma conclusão, nos quais pretende se mostrar características estruturais e econômicas dos países latino americanos e do sudeste asiático e suas diferentes trajetórias na década de 2000.



## **2 DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO: DIMENSÕES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar as dimensões conceituais e históricas das principais categorias que norteiam esse estudo: desenvolvimento e globalização, destacando a questão do desenvolvimento, sob uma ordem capitalista, no centro e na periferia (subseção 1.1) e as principais transformações da era da globalização produtiva e financeira (subseção 1.2).

### ***2.1 Desenvolvimento Capitalista: Centro e Periferia***

A formação dos Estados Nacionais e a revolução industrial foram fatores históricos responsáveis pelo surgimento do capitalismo como modo de produção. Esse modo de produção possibilitou grandes realizações econômicas, políticas e sociais (iluminismo, revolução francesa, etc.), ao mesmo tempo em que fez emergir tensões tanto sociais (entre as classes) quanto entre os estados nacionais inerentes a essa ordem. Ou seja, as hierarquias e as desigualdades tanto entre as classes os estados nacionais elevaram-se sobremaneira (ARRIGUI, 1997; PINTO, 2005).

A forma como o capitalismo penetrou em cada país não foi igual uma vez que as forças produtivas de cada nação se desenvolveram de forma desigual, o que refletiu em diferentes formas de relação entre os setores dominantes e o Estado e, conseqüentemente, suas políticas econômicas se diferenciaram de economia para economia. O avanço do capitalismo não homogeneizou (em termos econômicos e sociais) os territórios, na verdade gerou centros dinâmicos e periferias atrasadas. A forma com que os países passaram a fazer parte do desenvolvimento capitalista ditou o modo de atuação no núcleo orgânico capitalista – aqueles países em que as forças produtivas estão mais avançadas e comandam o processo de acumulação em nível mundial, denominados de centro – e o nos outros países em que o desenvolvimento capitalista ainda convive com estruturas arcaicas de produção (produção de subsistência, etc.). Em razão disso, é pouco evidente que o processo de desenvolvimento do capitalismo seja harmonioso, trazendo benefícios para todas as economias, isso ocorre porque o desenvolvimento capitalista é desigual, e está alicerçado por características que tendem a gerar instabilidade e desigualdade (entre etapas de desenvolvimento), tais como: divergência entre racionalidade social

e privada, a incerteza dos mercados, a incorporação de progresso técnico e acumulação de capitais (BARAN, 1967).

Nesse sentido, para analisar os diferentes estágios de desenvolvimento dos países faz-se necessário explicar o desenvolvimento das estruturas capitalistas sob a concepção de uma economia mundo, nos termos de Braudel (1994), formado por um centro e um periferia, no qual temos de um lado as estruturas mais desenvolvidas chamadas de centro e aquelas menos desenvolvidas chamadas de periferia. Segundo Braudel (1994), a economia mundo pode ser caracterizada por possuir um determinado espaço geográfico, limites que podem variar no tempo; existência de um centro, que para ele é um Estado-cidade; uma periferia dependente, principalmente no âmbito comercial (circulação) do centro.

A hipótese da concepção de uma economia mundo marcada pelo centro e pela periferia é importante para mostrar que o desenvolvimento econômico não foi similar para as economias. Principalmente, por causa dos diferentes níveis ou estágios das estruturas capitalistas. Para caracterizar esse sistema centro-periferia é necessário ter em mente as estruturas básicas de cada economia, na qual o instrumento mais importante de diferenciação entre ambos é a forma como se difunde o progresso técnico.

Os conceitos de centro e periferia vão ser utilizados e mais desenvolvidos pela escola cepalina desenvolvimentista. Nessa perspectiva, o conceito de “centro-periferia” exerce um papel central, pois ele é empregado para explicar as diferenças entre as formas com que o crescimento, o progresso técnico e o comércio internacional assumem nos países periféricos e centrais. A partir desse conceito é possível diferenciar os efeitos que a divisão internacional do trabalho provocou – desde a revolução industrial – nas economias do “centro” e da “periferia”, criando diferentes estágios de desenvolvimento nesses países (BIELSCHOWSKY, 2000).

Entende-se por centros, as economias em que penetraram primeiro as técnicas capitalistas de produção e onde o progresso tecnológico se difunde num período relativamente breve, dado o total de sua estrutura produtiva. As economias centrais são homogêneas e diversificadas. Homogêneas, pois a maioria dos setores mantém elevados índices de produtividades dotados de mecanismos que incorporam progresso tecnológico. Diversificadas, pois os setores exportadores de manufaturas são intensivos em tecnologia e a demanda de bens e serviços é atendida pelo mercado interno (RODRIGUEZ, 1981; BIELSCHOWSKY, 2000).

A periferia está constituída pelas economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizativo, e a introdução das técnicas capitalistas de produção, vindas do centro são voltadas para os setores ligados diretamente a exportação. Na periferia, a estrutura produtiva é especializada, no sentido de que as aplicações do setor exportador concentram-se na sua maior parte nos setores primários da economia, enquanto que a demanda de bens e serviços é atendida por meio de importações. A estrutura periférica é heterogênea, em decorrência de coexistirem setores com altos índices de produtividades, como o setor primário-exportador de manufaturas, com setores com níveis baixíssimos de produtividade, como aqueles incorporadores de progresso tecnológico (RODRIGUEZ, 1981; BIELSCHOWSKY, 2000).

Nesse sentido, para os autores cepalinos, o desenvolvimento periférico não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento que os países centrais já teriam atravessado, como defendido por Rostow (BIELSCHOWSKY, 2000). Nem muito menos seria alcançado pelas livres forças do mercado que reforçam a causação circular negativa, nos termos de Gunnar Myrdal, que implica em concentração de renda cada vez maior, “com uma estrutura de produção e progresso técnico compatível com o perfil dessa distribuição que auto-reforçaria a concentração do consumo e da renda” (PINTO et. al., 2010, p. 171). O processo de desenvolvimento e suas estratégias resultam em mudanças estruturais.

## ***2.2 Interpretação para o desenvolvimento***

Furtado (1961) afirma que a teoria do desenvolvimento econômico explica as causas e o mecanismo da elevação da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social. A tarefa de explicar o desenvolvimento projeta-se em dois planos: 1) o das formulações abstratas, em que se compreende a análise do mecanismo de processo de crescimento econômico; e 2) o histórico, na qual abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, definida pela análise abstrata (FURTADO, 1961).

Nesse sentido, o desenvolvimento é um fenômeno que vai além do simples crescimento econômico, uma vez que implica em mudanças estruturais para conjunto da sociedade. O progresso tecnológico desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, pois é ele

possibilita o aumento da acumulação de capital que modifica o perfil da demanda, permitindo o aumento da produtividade e conseqüentemente, gerando ganhos salariais para o conjunto da população.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica (FURTADO, 1961). Ao comentar sobre desenvolvimento econômico, Furtado reconhece que para uma economia atingir certo estágio de maturação do desenvolvimento, enfrentará uma série de problemas, que serão decorrentes da forma como ela atuará no núcleo orgânico capitalista, ao longo do tempo.

Outro aporte teórico importante para pensar o desenvolvimento foi aprofundado por Keynes (1982), ao incorporar a questão da demanda efetiva como motor do crescimento econômico. Para Keynes (1982), o motor da atividade econômica está do lado da demanda, mais especificamente com o componente do investimento. Os empresários capitalistas são conhecedores de suas decisões de investimentos, mas estão sujeitos a incerteza dos mercados. O ponto importante da teoria keynesiana que fala sobre desenvolvimento está no fato de incorporar a incerteza sobre as decisões de investir, que implica em admitir a instabilidade do capitalismo.

Seguindo as trilhas abertas por Keynes (1982), os pós keynesianos, em especial Minsky, incorporaram a instabilidade financeira como uma característica intrínseca ao capitalismo. Informações assimétricas e a impossibilidade dos mercados coordenarem decisões interdependentes são aspectos constituintes das economias modernas, nas quais predomina a moeda crédito, emitida pelos bancos. No auge de um ciclo econômico, a tentativa das autoridades monetárias de conterem a expansão creditícia é em geral ineficaz, pois os bancos procuram burlar permanentemente as restrições impostas mediante as inovações financeiras. Neste período, quando as expectativas são favoráveis, a demanda por crédito se mantém elevada. Quando as expectativas são negativas, por causa de alterações macroeconômicas, a demanda de crédito tende a diminuir, fazendo com que a fragilidade financeira se torne explícita. Essa é uma questão importante para pensar o desenvolvimento, uma vez que o financiamento (expansão do crédito) é uma dimensão fundamental para estruturar os investimentos e o desenvolvimento.

Na perspectiva desenvolvimentista, o Estado assume um papel chave, pois ele contribui como produtor e planejador, criando as condições para o ordenamento do desenvolvimento. Nesse sentido, a ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento, via industrialização, “aparece como corolário natural do diagnóstico dos problemas estruturais de produção, emprego

e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 35).

É evidente que o processo de industrialização hoje (marcada pela globalização) é diferente do observado nas décadas de 1950, 1960 e 1970, conforme descrito pelos teóricos do desenvolvimento cepalinos. Atualmente, com o processo de globalização produtiva (fatiamento do processo produtivo industrial e sua fragmentação geográfica) ficou mais difícil um único país deter todos os elos da cadeia de produção industrial. Com isso, o debate sobre desenvolvimento, num contexto de globalização, passa pela dinamização das economias nacionais que somente ocorrem com a endogenização do progresso tecnológico, como alertou Furtado e os Teóricos do Desenvolvimento (PINTO, 2014). Ou seja, a globalização trouxe novos elementos para estruturar as estratégias de como um país pode se desenvolver.

A crise da década de 1970 provocou instabilidade econômica e política que desestruturaram os mecanismos de controle social e de acumulação dos anos dourados do capitalismo (padrão de acumulação keynesiano/fordista) sob a institucionalidade do Estado do bem-estar social. Em tal contexto crítico, foi se configurando de forma paulatina (ao longo das décadas de 1980 e 1990) um conjunto de mudanças estruturais, tanto no plano da produção (fragmentação do processo produtivo) como no plano institucional (modelo neoliberal) que implicou em transformações nas relações entre os Estados (liberalização comercial e desregulamentação financeira) e na ideologia dominante.

Essas mudanças institucionais criaram uma nova superestrutura financeira, denominada de financeirização, que representa uma diminuição acentuada das restrições aos ganhos financeiros, implicando no aumento das taxas de rentabilidade das aplicações financeiras em detrimento das taxas de rentabilidade dos investimentos produtivos. Com isso, as corporações e governos tornaram-se agentes e instituições negociadores de papéis, remuneradoras dos investidores a partir de uma riqueza financeira não previamente existente. Nesse contexto, cresce o caráter especulativo, gerando crises recorrentes (PINTO, 2005).

A expressão fenomênica disso pode ser expressa no processo de globalização que é considerado aqui como o período em que ocorre o desmantelamento da ordem socioeconômica de Bretton Woods (pautada no keynesiano/fordista) e a configuração e generalização do modelo neoliberal que tem como características: liberalização financeira; abertura comercial; e integração produtiva (PINTO E GONÇALVES, 2013).

As transformações ocorridas na economia mundial, nas décadas de 70 e 80, são responsáveis por uma nova maneira de se entender o conceito de desenvolvimento econômico. O grau de alavancagem do crescimento econômico das principais economias desenvolvidas passou a ser gerado pela riqueza financeira. A condição necessária para promover o desenvolvimento das economias esteve centrada na melhor adaptação às mudanças no sistema financeiro internacional. A riqueza produtiva continuava sendo o elo de distanciamento entre o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida. Mas a mudança iniciada com a flexibilização cambial, com desregulamentação dos mercados, com a securitização das dívidas e com a livre conversibilidade, dão origem a um novo padrão de desenvolvimento e as novas estratégias de desenvolvimento dos países periféricos.

O fenômeno da globalização e o avanço de novas tecnologias, difundidas a partir das economias desenvolvidas, foram os fatores que mudaram significativamente o padrão de desenvolvimento dos países pertencentes ao núcleo orgânico capitalista. A liderança da economia norte-americana no plano das finanças, juntamente com o processo de unificação econômica da Europa, levaram ao surgimento de novas relações internacionais e ao crescimento do comércio internacional. A combinação de todos esses fatores fez com que os países desenvolvidos passassem a serem os exportadores da grande maioria da riqueza financeira que circulava pelo mundo (PINTO, 2005). Seja através de investimentos externos diretos e indiretos, ou pelos mercados de capitais, creditícios e cambiais, a maior parte dos recursos, geradores de riqueza, originavam das economias mais desenvolvidas.

Em relação às economias subdesenvolvidas, as transformações no mercado internacional, geraram mudanças no seu padrão de desenvolvimento. Este padrão tornou-os ainda mais dependentes do núcleo desenvolvido, com algumas exceções, sobretudo na Ásia (que adotaram uma inserção produtiva ativa ao processo de globalização), e sujeito às oscilações do sistema financeiro internacional.

O novo modelo de desenvolvimento (neoliberal) praticado pelos países desenvolvidos junto com a aplicação das novas finanças internacionais forçou os países em desenvolvimento a adotar programas de estabilização macroeconômica, processo de privatizações e abertura econômica para serem receptoras de investimentos externos. O objetivo era buscar a prosperidade econômica e o conseqüente desenvolvimento das economias atrasadas. As mudanças ocorreram

pela necessidade das economias subdesenvolvidas não ficarem fora da nova fonte de riqueza do sistema capitalista.

O custo da nova ordem internacional para as economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento passou a ser muito maior, visto que a necessidade dos governos destes países aplicarem políticas econômicas que atraíssem o capital externo era condição primordial, mesmo que prejudicando internamente a economia. A preocupação em seguir as metas da nova ordem, para atender aos interesses dos diversos organismos de crédito internacional e aos investidores estrangeiros, na maioria das vezes foi de encontro ao tradicional padrão de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas baseadas no modelo de substituição de importações.

Em resumo, no capitalismo contemporâneo a valorização de riqueza na esfera financeira é a condição básica para que uma economia se desenvolva. Os países que entraram tardiamente no núcleo capitalista, para não ficarem numa situação marginalizada, tiveram que promover políticas de estabilização que atendiam as exigências do novo padrão de desenvolvimento das economias mais ricas. Vejamos agora de forma um pouco mais detalhada as duas principais dimensões da globalização: a produtiva e a financeira.

### ***2.3 A Globalização Produtiva: fragmentação do processo produtivo com centralização do controle***

No final do século XX, o mundo se transformou novamente. Os desdobramentos do capitalismo em sua forma de acumular riquezas desafiaram a prática e o pensamento social. Novas possibilidades trazidas pela ciência e pela técnica transformaram as condições de existência social de indivíduos e da coletividade, em todo o planeta. Os sistemas de comunicação por satélite e por cabo, aliados às novas tecnologias de informação e à microeletrônica, possibilitaram a conexão em tempo real, dos mercados, das finanças e da produção (CHESNAIS, 1996).

Uma das causas da globalização foi a ruptura do paradigma tecnológico. O paradigma assentado na informática e nas telecomunicações possibilitou a geração de novos bens e serviços. Este paradigma reduziu os custos de transação das operações internacionais, uma vez que permitiu maior controle sobre estas operações. Houve, ainda, a reconfiguração do processo de integração produtiva em escala global a partir de novas formas de gestão do trabalho, de padrões de automação e da organização industrial por meio das cadeias de produção global.

As transformações que ocorreram no interior do capitalismo inauguraram de forma intensa ou “mediatizada”, uma nova forma de estar no mundo (CHESNAIS, 1996). Chesnais (1996, p. 34), ao tratar esse processo em curso, privilegiou em sua análise o movimento do capital financeiro, que tem como cenário o mundo. De acordo com ele:

"A mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito as políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan." (CHESNAIS, 1996)

A centralização do capital aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras, reorganizou a economia e a geopolítica do mundo. Neste contexto, os grupos industriais multinacionais ganharam força, introduzindo novas formas de gestão e de controle do trabalho, da produção e dos mercados.

O Investimento Externo Direto (IED) assumiu outro significado e outras formas, a partir dos anos oitenta do século XX. A partir dessa década, se verificaram novas formas de articulação entre os grupos industriais, comerciais e financeiros, tais como: aquisições, fusões, parcerias, consórcios etc. Os IEDs foram potencialmente criadores de novas capacitações tecnológicas, organizacionais e produtivas, que vieram de encontro às solicitações do regime de acumulação flexível, em que a especialização e a flexibilização da produção e do mercado se destacaram (CHESNAIS, 1996).

A concorrência mundial afetou as empresas, quer no âmbito local, nacional, regional ou internacional. Seu caráter oligopólico relacionou-se diretamente à dependência mútua de mercado, em que os grupos auferiram vantagens a partir de diferenças geográficas, salariais, legais, fiscais, alfandegárias, entre outras. Chesnais (1997) caracterizou a concorrência mundializada a partir de três níveis, considerados essenciais:

- Nível das vantagens próprias do país de origem;
- Nível da aquisição de insumos estratégicos à produção - matérias primas estratégicas e insumos científicos e tecnológicos, organizado mundialmente; e
- Nível de atividades correntes de produção e de comercialização.



A partir desses três níveis foi construída mundialmente a geopolítica de integração industrial, comercial, financeira e produtiva dos grupos multinacionais. Neste cenário, processos interativos entre empresas, grupos e governos, fundaram-se na inovação e na competitividade, na cooperação e na concorrência.

O setor de serviços foi considerado por Chesnais (1996) como "nova fronteira para a mundialização do capital", notadamente os serviços financeiros, de seguros e imobiliário. Observou-se também, um movimento novo, que transferiu para a esfera do mercado, atividades que anteriormente diziam respeito à esfera do Estado. A desregulamentação e privatização dos serviços públicos foram um exemplo nesse sentido. Neste movimento, o investimento externo direto, realizado a partir da comercialização de serviços diversos, desempenhou um papel importante na manutenção e conquista de novos mercados.

A nova forma de organização do trabalho, agora sob a égide do capital, em associação com novas tecnologias eletrônicas e computacionais (microeletrônica) se converteu na base para a reorganização capitalista sob novas formas de gestão do trabalho.

Além das novas formas de gestão/organização do trabalho, a reestruturação produtiva vinculou-se também às transformações da produção tanto no âmbito setorial quanto nas estruturas organizativas das empresas. Tais modificações consubstanciaram estratégias defensivas, diante da crise estrutural, voltadas ao aumento da concentração e da centralização do capital, articuladas a descentralização e fragmentação da produção.

O processo de acumulação flexível, estruturado a partir de formas novas da gestão do trabalho, em associação com a introdução ampliada de novos padrões de automação informatizada, através da microeletrônica e da teleinformática, possibilitou o surgimento de novas formas de organização industrial, combinando a desconcentração espacial da produção tanto nacional como internacionalmente. Também faz parte desse contexto a estrutura mais horizontalizada da grande firma e a integração entre a grande empresa e as diversas unidades menores subcontratadas, no que se convencionou chamar de Terceirização (CHESNAIS, 1996).

Esses novos elementos, relacionados tanto à gestão do trabalho quanto às novas formas de organização industrial, possibilitaram aos conglomerados multinacionais um maior controle e expansão de seus ativos em escala internacional. Ao mesmo tempo, também serviram para reforçar a ampliação das operações dessas firmas no âmbito mundial por meio do crescimento, tanto das relações de terceirização entre firmas localizadas a milhares de quilômetros umas das

outras quanto da “deslocalização” de tarefas rotineiras nas indústrias. Esta dinâmica, por um lado, levou a uma maior concentração e centralização do capital, uma vez que os investimentos internacionais cruzados e as fusões-aquisições entre as multinacionais traduziram-se numa elevada concentração da oferta mundial (CHESNAIS, 1996).

Portanto, pode-se concluir que o processo de globalização produtiva é hoje um elemento constitutivo e de extrema importância, para as diversas operações que os grupos multinacionais realizam. A diversificação de procedimentos destes grupos conduz a um processo de internacionalização de operações financeiras

A centralização do capital é uma característica histórica e necessária ao padrão dedesenvolvimento capitalista. No entanto, em momentos de crise esse fenômeno tende a se intensificar em vista das estratégias defensivas dos representantes do capital. Verifica-se que tal tendência vem se materializando a partir dos anos 80, na medida em que se observa uma grande elevação de fusões e aquisições, ampliando a concentração e a centralização dos mais diversos ramos produtivos.

Em linhas gerais, a expansão da internacionalização da produção via comércio internacional de bens e serviços, na esfera comercial, os fluxos de investimentos externos diretos comandados principalmente pelas empresas transnacionais, na esfera produtiva, os fluxos internacionais de ativos intangíveis, na esfera tecnológica, e os fluxos internacionais de capital (investimento externo indireto ou de portfólio, empréstimos, financiamentos, etc.) formaram os pilares da globalização. A maior contestabilidade ou rivalidade no mercado internacional propiciou o acirramento da concorrência em escala global.

A maior interdependência ocorreu na medida em que a produção de bens e serviços, bem como o funcionamento dos mercados em cada país, foi cada vez mais influenciada por pressões, fatores desestabilizadores e choques no resto do mundo e, em particular, no epicentro do sistema econômico internacional (PINTO E GONÇALVES, 2013).

A característica marcante da globalização comercial é, indubitavelmente, o aumento extraordinário da competitividade internacional da China no sistema mundial de comércio de bens. A participação da China nas exportações mundiais saltou de 0,9% em 1980 para 11,2% em 2012. A China tornou-se o mais importanteexportador de bens do mundo, seguida dos Estados Unidos e da Alemanha. O aumentoda participação da China ocorreu em detrimento da participação das principais economiasdesenvolvidas. No conjunto dos países com maior

influência na economia mundial, também se destacaram o aumento da competitividade internacional da Índia, Rússia e México (PINTO E GONÇALVES, 2013).

No que se refere à globalização produtiva, também houve significativas mudanças. A primeira foi perda de importância relativa dos Estados como receptor de investimento estrangeiro direto (IED, estoque). Também ocorreram quedas da participação das economias da Alemanha, Reino Unido, Canadá, Hong Kong e Itália. Ganhos relativos ocorreram nos casos da China, Brasil, Rússia, Cingapura e Bélgica.

#### ***2.4 Globalização Financeira***

O capitalismo sempre foi um sistema econômico marcado por crises e instabilidades. Para muitos autores a caracterização do sistema capitalista é de ser intrinsecamente um sistema instável por natureza. A partir das transformações no sistema financeiro internacional, com a liberalização e abertura financeira dos mercados internos as novas finanças públicas internacionais passaram a ser a nova fonte de acumulação de riqueza. Entretanto, o custo desta nova ordem se tornou muito elevado para as economias periféricas, na medida em que sua vulnerabilidade externa passou a estar sujeito aos ataques especulativos que geraram crises cambiais e a desconfiança do investidor estrangeiro, contribuindo também por tornar as crises financeiras mais frequentes.

Uma síntese sobre crises financeiras elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional (IMF, 1998) – que recorreu a verificações empíricas na explicação de sua natureza e origem, motivada pelas crises cambiais do Sistema Monetário Europeu, do México e da Ásia nos anos 90 – mostra que “O elemento diferenciador destas crises em comparação com as crises passadas foi a maior velocidade de contágio entre a fonte dos distúrbios e a economia internacional” (CUNHA, 1999).

O processo de globalização econômica avançou significativamente a partir das últimas duas décadas do século passado. Este processo causou profundas transformações nas estruturas e relações econômicas. O mundo desenvolvido e em desenvolvimento passou neste período por mudanças expressivas nas posições relativas no sistema econômico internacional, nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira, configurando-se em uma nova divisão internacional da produção e do trabalho. As transformações globais agravaram a

situação de vulnerabilidade externa estrutural de países com grande dependência da economia mundial que não foram capazes de se proteger por meio de políticas econômicas nacionais para superar os desafios e problemas causados pelo processo da globalização (PINTO E GONÇALVES, 2013).

Na era da globalização, a esfera monetário-financeira internacional se expandiu extraordinariamente. A liquidez internacional formada pelo estoque das reservas internacionais cresceu 25 vezes no período 1980-2012. Importante se destacar que neste período o PIB nominal mundial cresceu sete vezes. A globalização monetária implicou em uma mudança significativa na distribuição das reservas mundiais. Neste contexto, mais uma vez, destacou-se o protagonismo da China, que passou de 0,7% das reservas mundiais em 1980 para 29,0% em 2012. (Pinto e Gonçalves, 2013)

No ciclo de expansão da liquidez na primeira década do século XXI alguns países em desenvolvimento principalmente Brasil, Índia e Rússia, tiveram aumento expressivo das suas reservas internacionais. Neste período, as perdas de posição relativa foram particularmente evidentes no Japão, Estados Unidos e alguns países asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura, etc.).

TABELA 1

Posição de Investimento Internacional dos Estados Unidos (US\$ MILHÕES): 1976-2012

	Ativos Externos	Passivos Externos	Posição Líquida de Investimento Internacional
1980	930	569	360
1985	1287	1226	62
1986	1469	1497	-28
1990	2179	2409	-230
2000	6239	7576	-1337
2007	18400	20196	-1796
2012	21349	25235	-3886

Fonte: U.S. Department of Commerce. Bureau of Economic Analysis. Disponível: <http://www.bea.gov/international/#IIP>. Acesso: 10 de agosto de 2013.

E por fim, um dos fatos mais marcantes foi o de que os Estados Unidos deixaram de ser o maior credor para se tornar o maior devedor do mundo. Em 1986 o passivo externo dos Estados Unidos superava o seu ativo externo. Em 2012 o passivo externo dos Estados Unidos foi de US\$ 25,4 trilhões e o ativo externo de US\$ 21,3 trilhões, ou seja, a posição líquida de investimento internacional ficou negativa em US\$ 3,9 trilhões. Apesar dessa situação externa devedora, os Estados Unidos na era da globalização ainda se manteve com elevado poder econômico em virtude de ser emissor da principal moeda internacional. A posição do dólar no sistema monetária

internacional ficou evidente durante a crise financeira 2008-2013, que teve como epicentro os Estados Unidos. A “fuga para a qualidade” dos investidores privados e públicos mundiais foi na direção dos títulos do tesouro norte-americano mesmo com a redução das taxas de juros para níveis próximos de zero. Isso evidenciou o papel desses títulos como ativos líquidos de última instância da economia mundial (CINTRA E MARTINS, 2013; PINTO, 2011b).

Em suma, a globalização é o processo marcante da economia mundial, que capturou suas principais tendências, e se caracteriza e vem se caracterizando pela ocorrência simultânea de três processos:

- A expansão da internacionalização da produção e dos fluxos internacionais de capital;
- A maior rivalidade do mercado internacional de bens, serviços e capital; e,
- A maior interdependência entre sistemas econômicos nacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira.

É nesse novo contexto (era da globalização) que os países periféricos vão adotar novas estratégias de desenvolvimento (ao longo da década de 2000) para se inserirem no sistema internacional. A América Latina vai adotar uma estratégia passiva (inserção dinâmica da financeirização deixando num segundo plano a inserção produtiva) ao fenômeno da globalização, ao passo que parte da Ásia vai adotar uma estratégia ativa (inserção controlada a dinâmica de financeirização e atuação ativa na inserção produtiva). Vejamos nos próximos capítulos os impactos diferenciados desses tipos de estratégias de desenvolvimentos dessas duas regiões.

### **3 A AMÉRICA LATINA NA DÉCADA DE 2000: O BOOM DAS COMMODITIES, MELHORA DISTRIBUTIVA E CRISE**

Este capítulo tem como objetivo apresentar a inserção passiva da América Latina na década de 2000 que conseguiu surfar no *boom das commodities* proporcionando maior crescimento e distribuição de renda sem adotar estratégias produtivas voltadas para as mudanças estruturais. Cabe destacar que esse crescimento econômico do período se mostrou efêmero com a piora do cenário externo e a queda dos preços das *commodities* uma vez que a região não aproveitou a oportunidade para reforçar sua estrutura produtiva.

#### ***3.1 América Latina no início dos anos 2000***

Sob a regulação neoliberal o modo de produção capitalista tem vivenciado crises recorrentes. Na década de 1990, foram às crises da América Latina e a Asiática; na primeira década do Século XXI foi a crise Norte-Americana e, a partir de 2008, a crise dos países desenvolvidos. Recentemente, falava-se apenas na crise da “Região do Euro”. Segundo Mattei (2011), esses episódios confirmam pressuposto que vivemos em uma crise sistêmica, de longa duração, a qual vem afetando as economias e as sociedades globalmente. Tal fenômeno tem provocado impactos sobre os rumos do desenvolvimento em diversas regiões do planeta, recolocando na ordem do dia a necessidade de se rediscutir o atual padrão de desenvolvimento mundial.

No entanto, a década de 2000 vai ser marcada pelo crescimento econômico em boa parte da periferia capitalista. Não é a toa que a expansão esteve associada ao movimento dos chamados “países emergentes”, com destaque para a China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul, dentre outros (MATTEI, 2011). Este processo gerou um pequeno ciclo expansivo que acabou sendo abortado ainda em 2008 (no centro), quando a crise atingiu também o coração do sistema econômico capitalista mundial, e em 2011 na periferia quando ocorre a queda dos preços das *commodities*.

De uma forma geral, podemos definir o crescimento da América latina, a partir de 2002, como resultado de: (1) crescimento maior da China (10,5% ao ano 2002-2011) e do mundo; e (2) o impacto que esse crescimento maior do mundo e da China teve nos preços das *commodities*

agrícolas e minerais, que reduziu a restrição externa e fiscal para o crescimento dos países da América Latina. Ou seja, a região se inseriu de forma passiva ao processo de globalização.

Nesses últimos anos vem se consolidando nas economias latino-americanas um modelo econômico fortemente atrelado ao circuito internacional das commodities primárias baseado no uso intensivo dos recursos naturais, tanto as de natureza agropecuária como aquelas oriundas das atividades extrativas minerais. Com isso, estas economias adentraram ao Século XXI como uma das grandes exportadoras mundiais, porém sem uma inserção internacional competitiva, particularmente na esfera de produtos industriais de alta e média intensidade tecnológica.

No plano econômico, a década de 2000 foi marcada por vários acontecimentos significativos, dentre os quais podemos destacar: i) o expressivo crescimento mundial entre 2003 e 2007; ii) a profunda crise financeira internacional de 2008 que assolou todos os países; e iii) a rápida recuperação da crise pelos países em desenvolvimento que foram puxados pela dinâmica chinesa. A novidade desses acontecimentos foi o papel de destaque desempenhado pela China. Essa nova potência em ascensão, inclusive, vem alterando a ordem econômica, política e social gerando mudanças na geopolítica internacional e na divisão internacional da produção e do trabalho, proporcionando elevações nos preços internacionais de commodities, queda nos preços de produtos industrializados e ampliação do consumo de massa em escala mundial (PINTO 2011a e 2011b).

Do início da década até a crise de 2008, a economia mundial vivenciou um ciclo de crescimento, inclusive com forte convergência de resultados macroeconômicos, uma vez que praticamente todas as regiões e países do mundo apresentaram tendência de crescimento significativa. Aquele ciclo foi fruto da configuração dos novos fluxos comerciais, produtivos e financeiros que geraram um novo eixo da dinâmica da acumulação capitalista mundial formado pelos Estados Unidos, por um lado, e pela economia da China e do seu entorno, por outro (PINTO 2011a e 2011b).

Todavia, mais recentemente, em meio a este novo cenário, o crescimento mundial foi interrompido de forma abrupta em virtude da crise internacional de 2008, originada nos EUA, cujo epicentro foi a falência do Lehman Brothers. Tal evento deixou evidente a profundidade da crise e seu caráter sistêmico. Praticamente todos os países do mundo foram atingidos, provocando uma redução do PIB mundial de 0,6% em 2009, do nível de emprego, do fluxo de comércio, que

caiu em 10,7% em 2009, e dos investimentos, que decresceram em quase 10% (de 23,7% do PIB, em 2008, para 21,4% do PIB, em 2009). (PINTO, 2011a).

Com a crise configurou-se um colapso do estado de confiança dos agentes econômicos, gerando redução do consumo e dos investimentos mundiais. Com isso, os Estados nacionais tiveram que configurar estratégias anticíclicas monetárias e fiscais, ao estilo keynesiano, para reverter tal situação. O maior intervencionismo passou a ser a tônica das políticas governamentais. O caso chinês foi emblemático desse processo, já que os estímulos fiscais, monetários e cambiais recolocaram sua economia na rota do crescimento. No auge da crise, em 2009, a China contribuiu de forma positiva para o desempenho do PIB global, funcionando como a única locomotiva do crescimento mundial (PINTO, 2010).

A rápida recuperação da economia chinesa foi um dos principais elementos responsáveis pela imediata retomada dos países em desenvolvimento, no pós-crise de 2008, pois os estímulos macroeconômicos do governo chinês aceleraram a restabelecimento de suas importações que são originadas desses países em desenvolvimento (da África, da Ásia e da América Latina). O aumento das exportações desses países, associado ao retorno do fluxo de capital, permitiu a manutenção de baixos níveis de vulnerabilidades externas, possibilitando aos governos nacionais a adoção de políticas anticíclicas de demanda efetiva que proporcionaram uma rápida recuperação do produto e do emprego. A taxa de crescimento do PIB dos países em desenvolvimento caiu de 6,0 em 2008 para 2,8% em 2009 (auge da crise), mas voltou a crescer para 7,5 em 2010 e 6,2% em 2011.

Além de induzir a geração de conseqüências dinâmicas significativas no contexto da reprodução capitalista mundial na primeira década do século XXI, as transformações econômicas globais da década de 2000 acima mencionadas, associadas à expansão chinesa, trouxeram, inclusive, efeitos positivos para a economia latino-americana, particularmente na esfera do comércio exterior, tais como, a ampliação do quantum das exportações do continente. Segundo dados da Cepal, entre 2001 e 2010 em média, o quantum das exportações cresceu 4% ao ano. As maiores taxas de crescimento foram observadas nos países sul-americanos: 7% na Argentina, 9% na Bolívia, 7% no Brasil, 4% no Chile, 6% na Colômbia, 8% no equador, 7% no Peru). Por outro lado, países centro-americanos da região obtiveram crescimentos menores no volume de exportação: 3% no México, 2% em Honduras. A elevação impressionante dos preços internacionais das principais commodities (sobretudo, o petróleo, o gás, os minerais e os



alimentos) exportadas pela região, também foi decorrente da expansão chinesa. Esses dois resultados, articulados, propiciaram um acelerado crescimento das taxas de exportação, em valor, e uma melhora nos termos de troca da região, relaxando, por sua vez, os problemas de financiamento e de restrições externas ao crescimento de alguns países da região e, em alguns casos, a depender da estrutura produtiva interna do país, também funcionando como importante componente da demanda efetiva. Isso possibilitou o aumento das taxas de crescimento de economias da região, notadamente dos países sul-americanos, principalmente aquelas com fortes excedentes minerais e energéticos. (FIORI, 2006; BARBOSA, 2011).

A melhoria dos preços da energia e dos minérios para os países produtores latino-americanos, decorrente da ascensão da China, proporcionou superávits em conta corrente da região entre 2004 e 2007 (de 0,5% do PIB em 2004, de 1,5% em 2005, de 1,8% em 2006, e de 0,4% em 2007) e a elevação do investimento estrangeiro direto (de US\$ 56 bilhões em 2003 para US\$ 113 bilhões em 2010), que agora retornaram buscando a produção de matérias-primas, como o petróleo, o gás, a mineração e a agricultura. Essa dinâmica externa gerou um forte aumento das reservas em moeda forte dentro da região, o que, por sua vez, reduziu a restrição externa da região.

Os dados apresentados acima evidenciam dinâmicas econômicas heterogêneas nos países da América Latina. Isso se deve aos impactos diferenciados (negativos ou positivos) sobre os países da região do “efeito China”. Os países mais beneficiados foram aqueles favorecidos pela “loteria das commodities” (demandadas pela China) e que não sofrem pressão competitiva das manufaturas chinesas por não possuírem uma estrutura industrial complexa, tais como o Chile e o Peru. O caso de países como Argentina, Brasil e Colômbia é diferente, pois estes foram beneficiados com a loteria das commodities, mas sofrem uma significativa pressão competitiva das manufaturas chinesas, que aumentou ainda mais após a crise internacional em virtude do direcionamento das exportações de manufaturas chinesas para a região em virtude da queda do consumo dessas nos Estados Unidos e na Europa. (BARBOSA, 2011)

Esse novo cenário latino-americano, que expressa a elevação da margem de manobra de alguns países da região relativamente aos EUA, sobretudo os sul-americanos articulados à dinâmica chinesa, dependeu da continuidade do forte crescimento da economia mundial entre 2003 e 2007, liderado pelos Estados Unidos e pela China, e no pós-crise da manutenção das taxas elevadas de crescimento da economia chinesa.

### ***3.2 O Boom das Commodities para a América Latina***

Segundo Sinott (2010,) as commodities se caracterizariam como sendo produtos indiferenciados, com baixo processamento industrial e elevado conteúdo de recursos naturais. Os setores produtores de commodities têm a capacidade de gerar periodicamente altas rendas, lucros extraordinários associados aos ciclos de preços típicos desses produtos.

A natureza da produção de commodities e seus ciclos de preços têm serias implicações sobre os países produtores, por meio da valorização da moeda local, acarretando desestímulo as outras atividades, principalmente as manufatureiras. Dificilmente, os países periféricos produtores de commodities conseguem romper a sua participação na cadeia produtiva (SINOTT, 2010).

Outro aspecto relevante da produção de commodities, principalmente no que tange à extração de petróleo e mineração, diz respeito ao seu caráter não renovável. Isto tem sérias implicações, não só relativas ao meio ambiente como também quanto à dimensão intergeracional, ou seja, de sua preservação e utilização ao longo do tempo. Na verdade, como esses recursos constituem-se de um estoque de riqueza não renovável, o seu uso racional pressuporia a sua conversão em outro estoque de riqueza, financeira, capaz de produzir um fluxo de renda permanente ao longo do tempo.

Nos países produtores de commodities têm também relevância, embora variável de acordo com o grau de especialização, a dependência das receitas fiscais do valor da produção e preços desses bens e, conseqüentemente, a sua volatilidade e forte comportamento pró-cíclico. Além disso, há que se considerar também, o efeito que as flutuações podem ter sobre a renda das famílias e o emprego (SINOTT, 2010).

A análise dos dados estatísticos relativos à evolução recente dos preços correntes das commodities é inequívoca em evidenciar seu aumento, com as características já apontadas de intensidade, duração e abrangência. Contudo, é preciso atentar para algumas peculiaridades desses aumentos de preços, como o fato deles serem mais pronunciados no petróleo e metais vis-à-vis os produtos agrícolas, e também para outro atributo da performance diferenciada, presente no fato de que, para as commodities de origem agrícola, o pico dos anos 1970, em termos reais, não ter sido ultrapassado. Os fatores determinantes da elevação dos preços após 2002 foram o deslocamento da demanda associado ao crescimento da Ásia e a capacidade de oferta reduzida

por conta dos baixos investimentos dos anos 1990, uma década de preços caracteristicamente baixos.

Quando se discute os períodos de elevação de preços das commodities uma questão crucial é a da duração dessa fase de alta, pois o padrão histórico sempre foi marcado por sua forte intensidade e curta duração. É possível, contudo, que se esteja diante de uma conjuntura histórica peculiar que poderá alterar esse padrão por conta do persistente crescimento da Ásia e da exaustão temporária dos recursos energéticos, dado o padrão tecnológico atual, com irradiação para os demais segmentos.

O rápido crescimento da China desde meados dos anos 1980 alterou de maneira substancial a geografia econômica global, bem como o perfil de demanda por matérias primas (CEPAL, 2011). Há vários fatores que explicam esse perfil de demanda: a forma de inserção da China nas cadeias produtivas globais e no espaço do Sudeste Asiático, atuando como um hub global proporcionou um intenso processo de industrialização acompanhado de urbanização acelerada que redundou no crescimento muito rápido da demanda por petróleo e metais, como mostrado por Artus (2011) num quadro de oferta de recursos naturais relativamente escasso no país e na região. Por sua vez, o crescimento da renda também deu origem a um aumento significativo da demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas. Uma das razões para o aumento dos preços relativos das commodities deve-se ao deslocamento da produção manufatureira para regiões com oferta ilimitada de mão de obra, exercendo um efeito deflacionista sobre o preço e uma commoditização de vários segmentos manufatureiros.

A flutuação de preços das commodities teve sérias implicações para as economias latino-americanas. Se as economias possuem um alto grau de abertura e dependência da exportação de commodities, a volatilidade acarreta a variação correspondente das receitas cambiais e fiscais com implicações sobre a trajetória da taxa de câmbio e a postura fiscal. Num regime de câmbio flutuante, as variações exacerbadas do valor da moeda nacional criam um clima de elevada incerteza principalmente para aquelas decisões que envolvem prazo mais longo, vale dizer, o investimento. As variações das receitas fiscais, por sua vez, instabilizam o gasto público e, via de regra, afetam o componente do gasto de menor sustentação política, o investimento. A conclusão é que para países muito dependentes das commodities, o principal efeito da volatilidade seria a redução das taxas de investimento e do crescimento em longo prazo.

Um aspecto adicional da volatilidade dos preços das commodities assinalado por Bello (2008) com implicações econômicas relevantes, diz respeito aos períodos de duração das altas e quedas de preços. A literatura enfatiza o padrão de “auges intensos e longos vales”, ou, dito de outra maneira, os períodos de baixa de preço tem duração bem mais acentuada do que os de alta. Na verdade, como assinalado acima, são esses períodos de alta concentrados no tempo que impedem a existência de uma tendência secular de queda. Do ponto de vista das decisões econômicas, sobretudo no que tange à decisão de investimento, pode-se concluir que este padrão de evolução acentua a incerteza contribuindo para o seu racionamento, especialmente naqueles setores que possuem longo prazo de maturação.

Um dos aspectos mais relevantes das recentes modificações nos mercados de commodities diz respeito à financeirização dos preços cuja característica central seria o seu descolamento periódico dos fundamentos. Esta financeirização encontraria explicação na crescente participação de determinada classe de investidores nesses mercados, através dos derivativos, ou, mais propriamente, dos mercados futuros de índices.

O aspecto crucial a ressaltar nessa nova forma de organização dos mercados é que a financeirização teria várias consequências sobre os preços como, por exemplo, ampliar os movimentos originados nos fundamentos, exacerbando-os, aumentar a volatilidade e ampliar a correlação entre suas variações. Do ponto de vista histórico essa mudança teria se consolidado após meados de 2000. Até esta data os especuladores nos mercados de commodities buscavam, sobretudo, fazer hedge contra a inflação ou a variação do dólar. Após essa data observa-se uma correlação significativa desses investimentos com os preços de outros ativos financeiros e com as moedas-alvo do carry trade.

De acordo com Sinott (2010), a comparação da América Latina com os países desenvolvidos, com abundância de recursos naturais mostra uma dependência muito maior da primeira região no que tange a produto, exportação e arrecadação fiscal, das atividades baseadas nesses recursos, o que se deve basicamente ao fato de que a América Latina é muito menos diversificada do ponto de vista econômico. Apesar disso, houve alguma diversificação da estrutura produtiva e das exportações no período recente, mas a permanência dessas últimas num patamar acima de 50% ainda mostra uma elevada concentração e sensibilidade dessas economias aos choques de preços. A especialização também pode ser vista por meio de outros indicadores

como, por exemplo, a comparação entre a participação da América Latina no PIB total mundial, que é largamente superada pelo seu peso no comércio mundial de várias commodities.

Um aspecto notável nesse desempenho é que a dependência da pauta exportadora de bens primários que vinha se reduzindo até os anos 1990, volta a aumentar desde então. Já a exportação de manufaturas com base em recursos naturais mantém participação estável ao longo do tempo, com pequenas oscilações.

Os dados traduzem, portanto, um fenômeno inequívoco: a maior dependência da América Latina das exportações de commodities. Isto é observável não só para a média da região, como para as suas maiores economias, exceto o México, país no qual a presença das maquilas muda a composição das exportações na direção de manufaturas intensivas em trabalho, com pouco valor agregado internamente. A Colômbia é uma exceção de menor monta, pois realiza uma diversificação de primários para a manufatura intensiva em recursos naturais.

QUADRO 1  
AMÉRICA LATINA: ESTRUTURA DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES EM PAÍSES SELECIONADOS

	Em porcentagens do total					Variação	
	1962-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000-06	1980-89 / 1962-69	2000-06 / 1990-99
<b>Argentina</b>							
Commodities	76,5	61,5	54,5	46,4	46,9	-22,0	0,5
Fabricação	22,7	37,5	45,1	52,8	50,9	22,4	-1,9
Baseados em recursos naturais	18,1	19,1	24,9	25,7	25,5	6,8	-1,2
<b>Brasil</b>							
Commodities	78,6	57,3	35,5	26,2	28,5	-43,1	2,3
Fabricação	20,9	41,1	63,4	72,4	69,5	42,5	-2,9
Baseados em recursos naturais	15,7	20,9	24,6	25,9	23,9	8,9	-2,0
<b>Chile</b>							
Commodities	23,3	20,5	34,6	34,6	35,9	11,3	1,3
Fabricação	76,4	79,2	64,6	63,1	61,5	-11,8	-1,6
Baseados em recursos naturais	74,6	75,4	60,3	54,5	52,7	-14,3	-1,8
<b>Colômbia</b>							
Commodities	88,0	71,8	67,7	59,4	49,8	-20,3	-9,6
Fabricação	11,7	27,0	29,7	39,0	48,7	18,0	9,7
Baseados em recursos naturais	7,0	12,9	14,3	14,2	17,5	7,3	3,3
<b>América Latina sem México</b>							
Commodities	69,1	59,9	49,8	42,0	44,7	-19,3	2,7
Fabricação	30,5	39,3	49,4	56,4	53,8	18,9	-2,6
Baseados em recursos naturais	26,9	27,5	28,0	27,9	25,1	1,1	-2,7
<b>México</b>							
Commodities	56,2	50,7	63,7	21,5	14,1	7,5	-7,4
Fabricação	42,4	48,2	35,9	78,0	85,4	-6,5	7,4
Baseados em recursos naturais	28,3	22,3	13,0	9,3	6,7	-15,3	-2,6

Fonte: Bello y Heresi (2008) en base a United Nations Comtrade database

Outro aspecto decisivo no que tange ao impacto dos ciclos de preços de commodities nas economias da América Latina diz respeito ao grau de abertura de cada economia, ou, mais precisamente, ao seu grau de dependência da demanda externa vis-à-vis a demanda ou mercado interno. Os dados também mostram que a situação é bastante diferenciada na região. Há um pequeno grupo de países, pela ordem: Brasil, Colômbia e Argentina nos quais o mercado interno tem mais relevância do que o externo. Para o maior número de países —sejam exportadores líquidos de commodities minerais e petróleo ou de alimentos e matérias primas agrícolas— a demanda externa é crucial (CARNEIRO, 2012)

QUADRO 2			
AMÉRICA LATINA: GRAU DE ABERTURA DAS ECONOMIAS			
Períodos Seleccionados (Em porcentagens)			
	1990-1993	1998-2001	2006-2009
Brasil	16,5	20,9	25,3
Colômbia	27,7	31,2	36,8
Argentina	16,4	22,3	42,9
Peru	28,3	32,8	49,1
Venezuela (República Bolivariana da)	57,9	43,9	51,4
México	32,8	56,5	57,6
Uruguai	39,8	39,3	58,4
República Dominicana	87,4	79,2	63,0
Guatemala	62,6	68,3	63,7
Equador	52,4	58,0	68,4
El Salvador	49,9	65,3	69,0
Bolívia( Estado Plurinacional da)	47,9	46,8	75,5
Chile	57,9	59,7	77,8
Costa Rica	73,1	93,9	98,0
Nicarágua	43,2	73,1	100,7
Paraguai	91,6	89,8	105,2
Jamaica	98,4	85,8	105,3
Honduras	92,6	120,7	126,9
Panamá	166,0	143,9	152,0
América Latina	28,6	38,5	44,7

Fonte: CEPAL, Anuário Estatístico

### 3.3 A Consequência do Boom para a América Latina

É importante notar que para a maioria dos países latino-americanos o peso do mercado externo vem crescendo desde os anos 1990, revertendo o processo de crescimento centrado na demanda interna característico do regime por substituição de importações que vigorou dos anos 1930 aos anos 1980. Na década de 1990 a mudança de orientação foi produzida principalmente

pelas reformas liberais e pela abertura comercial e, secundariamente, pelo desempenho medíocre dos preços das commodities.

Já nos anos 2000, com o aumento dos preços das commodities, América Latina e Caribe, após duas décadas de baixo crescimento e de diversas crises econômicas e políticas, conseguiu, na primeira década do século XXI, reduzir de forma significativa sua vulnerabilidade externa, sustentar altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo após a profunda crise internacional de 2008, e reduzir a desigualdade de renda e a pobreza extrema. Isso tudo sem que fosse necessário reorientar o seu modelo neoliberal.

Nos anos 2000, o PIB da América Latina expandiu-se em 3,4% ao ano em média, entre 2000 e 2010, mesmo com a crise internacional em 2008. As maiores taxas de crescimento da região foram obtidas pelos países sul-americanos. A Argentina, o Brasil, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela obtiveram crescimento do PIB de 4,1%, 3,7%, 3,8%, 4,0%, 4,4%, 5,5% e 3,5%, respectivamente (PINTO, 2012).

Isso foi possível em virtude do *boom de commodities* que melhorou os termos de troca, reduziu a vulnerabilidade externa, e fortaleceu a capacidade fiscal da região. Isso possibilitou aos países latino-americanos a adoção de políticas fiscais expansionistas – voltadas aos investimentos públicos e gastos em políticas de transferência de renda– que proporcionaram maiores taxas de crescimento e redução da pobreza extrema. Apesar do crescimento econômico, a estrutura produtiva da região foi se direcionando ainda mais para a especialização produtiva em recursos naturais. A participação da indústria de transformação no valor adicionado total na região, entre 2000 e 2013, caiu de 18,0% para 14,5% (PINTO & CINTRA, 2013).

Esse cenário vai se modificar de forma drástica com a queda dos preços das commodities a partir de 2011. O que era bônus virou ônus e as várias economias da região mergulharam em crises econômicas profundas, com poucas exceções.

Isso evidencia a dependência (que permaneceu mesmo com o crescimento econômico da década de 2000) em graus variados, das economias latino-americanas em relação à produção e exportação de commodities e, portanto, em relação à demanda externa, cria uma série de problemas para essas economias associadas a esta especialização. Mesmo em se deixando de lado aspectos mais controversos como o declínio secular de preços relativos, ou o baixo dinamismo tecnológico associado a esses produtos, restaria como característica inquestionável a volatilidade

e as suas consequências sobre o investimento e variáveis macroeconômicas chaves, como as receitas cambiais e fiscais.

A solução mais permanente para o problema estaria na diversificação dessas economias, o que depende das mudanças de estratégia e políticas de desenvolvimento. Alternativas parciais compreenderiam o tratamento e redução da volatilidade de preços e de seus impactos negativos, envolvendo ações de política no plano nacional e internacional.

#### **4 SUDESTE ASIÁTICO NOS ANOS 2000: O APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO**

Este capítulo tem como objetivo apresentar a inserção ativa do sudeste asiático na década de 2000, assentado no processo de diversificação produtiva (expansão da industrialização), destacando também um breve resumo da economia chinesa a partir da última década do século XX. Vale ressaltar que, mesmo após os efeitos da crise de 2008, a região vem mantendo as maiores taxas de crescimento entre os países do mundo, uma vez que essa região aproveitou a oportunidade, ao longo da década de 2000 e em décadas anteriores. Para reforçar sua estrutura produtiva, buscou em outras estratégias a endogenização do progresso tecnológico.

##### ***4.1 O desenvolvimento Chinês***

O rápido processo de urbanização e modernização da economia chinesa esteve associado ao impressionante desenvolvimento de sua indústria e gerou profundas transformações em suas estruturas produtiva e social, na última década do século XX e início do XXI. Estas transformações provocaram tanto o aumento do consumo de energia, de bens duráveis e não duráveis e de alimentos, como também mudança no padrão de consumo.

A expansão econômica chinesa proporcionou a ascensão impressionante desse país que, cada vez mais, ocupa posição central na economia mundial. A China passou a desempenhar um novo papel na dinâmica asiática e mundial. Sua economia teve papel de destaque tanto pelo lado da oferta global como pelo lado da demanda global. Na questão da oferta, ela passou a ser o principal produtor e exportador mundial de produtos de tecnologia da informação e de bens de consumo industriais intensivos em mão de obra e em tecnologia destinados, principalmente, aos



mercados americanos e europeus, e, portanto, transformou-se na “fábrica do mundo” (Medeiros, 2006; Pinto, 2011a).

Pelo lado da demanda global, a China passou a ser um grande mercado consumidor para a produção mundial de máquinas e equipamentos de alta tecnologia e produtos finais, notadamente da Alemanha, do Japão e da Coreia do Sul; para a produção de *commodities* (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.), e passou a ser a principal economia importadora da Ásia, da África e também das economias latino-americanas.

A partir de meados da década de 1990, a China passou a sustentar uma taxa de câmbio depreciada sem grandes oscilações, mesmo após da crise asiática, que foi possível a partir da execução de extensos e rigorosos controles de capital. No sentido contrário a isso, os outros países asiáticos depois de verem suas taxas de câmbio se valorizar em 1995 sofreram bruscas desvalorizações de suas moedas ao longo da crise asiática, entre outros motivos, por causa da ampla abertura financeira. Essa abertura em países como Indonésia, Tailândia, Coreia do Sul e Hong Kong possibilitou a entrada de diferentes tipos de capitais, inclusive aqueles mais voláteis e de curto prazo. Na China, a entrada de capitais foi direcionada apenas para o investimento externo que, pelas suas características, são realizados no longo prazo e estão voltados, para setores exportadores geradores de divisas. Esta estratégia buscava atrair tecnologia e ampliar a base exportadora chinesa e impedir a incidência de amplas flutuações no mercado cambial.

No ambiente interno, a China adotou políticas macroeconômicas de crédito fortemente expansionistas que criou um cenário favorável para o crescimento de suas indústrias; e no ambiente externo, a China se beneficiou, de um lado, das oportunidades de investimento e acesso da tecnologia de ponta proveniente dos países do Sudeste Asiático e, de outro, da sua posição privilegiada para acessar o mercado consumidor norte-americano.

Um ponto a se destacar é que parte do dinamismo chinês decorreu de sua integração produtiva com os Estados Unidos. Essa integração chamada de eixo sino-americano pode ser descrita a partir de três circuitos, segundo (PINTO, 2011a):

1. Investimento externo dos EUA na China (subsidiárias de empresas transnacionais com matriz nos EUA), cuja produção foram orientadas tanto para as exportações para os Estados Unidos como para o mercado interno chinês;
2. Cadeias produtivas industriais globalizadas, por meio do comércio entre firmas, articularam as empresas americanas detentoras de grandes marcas mundiais e as grandes

empresas de países asiáticos, (Japão, Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul etc.), que forneceram suprimento de máquinas, equipamentos, peças e componentes, para a indústria chinesa; esta, por seu turno, transformou e reexportou produtos acabados para o mundo, sobretudo para os EUA; e,

3. Segmento da indústria de consumo não durável (vestuário, material esportivo, brinquedos, etc.), liderado pelas cadeias varejistas dos EUA, envolvendo as firmas da China e do seu entorno como fornecedores.

A articulação desses três circuitos fez com que a China se tornasse o centro global de montagem e produção de manufaturas. À proporção que as empresas chinesas foram desenvolvendo as cadeias globais de valor, através de suas estratégias tecnológicas e da elevação do preço da mão de obra, espaços foram abertos para a realocação de empresas nos países do Sudeste Asiático.

Como consequência desses movimentos, a China passou a apresentar déficits comerciais com boa parte dos países do Sudeste Asiático, e o investimento externo chinês direcionou-se para países em seu entorno.

Por esta razão, esta movimentação nas esferas produtiva e comercial permitiu ainda que de forma de não muito evidente a convergência do dinamismo econômico da China com Leste Asiático.

A ascensão da China, a partir da última década do século XX, como produtor mundial de manufaturas juntamente com a integração produtiva de sua circunregião permitiu a elevação dos preços internacionais das commodities, o aumento relativo de preços de produtos manufaturados, uma melhora dos termos de troca dos países em desenvolvimento exportadores de produtos primários e a melhoria do padrão de consumo de massa em escala global. Estes impactos foram observados no decorrer da década de 2000.

Para as economias latino-americanas, a ascensão chinesa gerou impactos positivos, especificamente aquelas que contaram com o crescimento da demanda e das cotações das commodities, uma vez que possibilitou decréscimo da dependência externa, aumento da demanda agregada pela vias das exportações e ampliação do investimento na região por meio dos bancos de desenvolvimentos chineses. Entretanto, ao mesmo tempo esse dinamismo, foi responsável também pela reprimarização da pauta de exportações e pelo aumento da participação dos produtos baseados em recursos naturais. A maior presença chinesa fez com que a região pouco

avançasse em suas estratégias nacionais e regionais de inserção, historicamente caracterizada pela dependência da dinâmica do comércio internacional.

Portanto, pode se concluir que tanto para a América Latina quanto para as economias do Sudeste Asiático, a economia chinesa exerceu papel central de destaque em suas estratégias de inserção internacional nas esferas produtiva e comercial.

#### ***4.2 O desenvolvimento asiático: a inserção pela industrialização***

O desenvolvimento asiático pode ser dividido em duas etapas distintas: a primeira capitaneada pelo Japão entre 1950 a meados dos anos 1990, e a segunda liderada pela China, pós-crise asiática de 1997 até os dias atuais. Neste último é de se enfatizar as modificações no comércio e no investimento estrangeiro na década de 2000, período em que a China se tornou o centro dinâmico regional.

O período conhecido como pós-guerra presenciou o acelerado crescimento econômico da Ásia liderado pelo Japão. Apesar dos esforços empregados por cada país, esse crescimento se deu em uma rede hegemônica coordenada pelos Estados Unidos. A abertura do mercado norte-americano, bem como a imposição do dólar como meio de pagamento e moeda reserva na Ásia condicionaram a reconstrução japonesa – e de parte da região – aos insumos da política norte-americana (FIORI, 1999; MCKINNON; OHNO, 1997). Os Estados Unidos formaram uma “macroeconomia de indução ao crescimento”, como apontou Ozawa (2003) – mediante o estímulo e a disseminação de tecnologia, conhecimento, informação de mercado, *expertise* e abertura do mercado de consumo – e uma institucionalidade capitalista propícia à expansão e à inserção global da estrutura produtiva da Ásia. A “macroeconomia de indução ao crescimento” é um fenômeno no qual a economia hegemônica propaga estímulos e, ao mesmo tempo, articula entre si o desenvolvimento de um conjunto de economias (OSAWA, 2003).

O desenvolvimento japonês combinou a formação de fortes grupos industriais em segmentos da ponta tecnológica com a ampla presença do Estado em vários setores econômicos. Todavia, como sugerido, esse processo se acelerou em função do apoio dado pelos norte-americanos. Além das questões geopolíticas e geoeconômicas, os Estados Unidos atuaram mais decisivamente em duas frentes:

- i) Absorvendo a crescente produção da indústria japonesa de ponta – que possibilitou ao Japão superar seu estrangulamento externo, característica de sua economia até o período da Segunda Guerra; e
- ii) Transferindo expertise para as empresas nipônicas (TORRES FILHO, 1983).

A partir da década de 90, a economia asiática tinha como principal investidor o Japão, seguido pelos Tigres Asiáticos. A lógica do investimento estava baseada no investimento externo com as seguintes características:

- Deslocamento de capitais para a conquista de mercados locais e regionais;
- Expansão das exportações para os E.U.A, contornando as barreiras protecionistas e a perda de competitividade decorrente da valorização cambial.
- Ampliação do sistema de subcontratação, garantindo fornecedores de baixo custo.

A partir de 1995, quando se iniciou um movimento de depreciação da moeda japonesa em relação ao dólar e da indexação das moedas dos outros países asiáticos a esta última, houve uma contínua apreciação das moedas de alguns países do sudeste asiático, entre eles, Coreia, Taiwan e Hong Kong, frente ao iene e, ao mesmo tempo, uma ampliação dos seus coeficientes de importação e dos déficits nas suas contas de serviços fatores. Esse cenário, ao lado da própria desvalorização do iene e da recessão da economia japonesa, eliminou parte dos incentivos de transferência da produção exportadora nipônica para esses países. Com isso, os fluxos de investimentos externos diretos japoneses conectados às exportações dos países da ASEAN (Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas) se reduziram significativamente, modificando a estrutura de financiamento externo desses países que passou a ser realizada predominantemente por capitais de curto prazo. Isto somente foi possível a partir de uma rápida e ampla abertura das contas de capitais desses países para receber investimentos de portfólio notadamente de curto prazo (MEDEIROS, 1998, 2010).

Foram esses dois aspectos – valorização cambial e mudança do padrão de financiamento externo – em um cenário de amplos desequilíbrios comerciais e de abertura financeira, que precipitaram as crises externas nos países do sudeste e leste asiático na segunda metade dos anos 1990.

A fragilização da situação externa e as restrições impostas à expansão da capacidade produtiva dos países asiáticos abriram espaço para consolidação da China como centro manufatureiro da Ásia. Ao contrário dessas economias, a chinesa sustentou uma política que

permitiu continuar a ampliação e a modernização da sua indústria, assim como a realização de uma inserção ativa na economia internacional. Isto também se explicou pela configuração de um cenário externo e interno bastante favorável. Esse conjunto de questões foi responsável pela emergência da China à condição de economia mais dinâmica da Ásia.

TABELA 2  
Indicadores econômicos de economias asiáticas selecionadas

	Crescimento			IED		Balança Comercial		Transações Correntes	
	% PIB			(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	1998	1999	2000	1998	1999	1998	1999	1998	1999
China	7,8	7,1	6,5	52,10	41,22	43,6	29,1	29,3	12,0
Coréia	-6,7	10,7	7,5	8,85	15,50	41,6	28,7	40,8	25,5
Taiwan	4,6	5,7	6,3	3,74	4,23	10,3	15,1	3,4	8,7
Indonésia	-13,2	0,2	4,0	13,56	10,89	18,4	18,2	4,1	4,9
Malásia	-7,5	5,4	6,0	3,33	3,23	17,5	19,3	9,2	11,0
Filipinas	-0,5	3,2	3,8	1,68	1,36	0,0	4,3	1,3	6,0
Tailândia	-10,4	4,1	4,5	6,16	3,59	12,2	8,9	14,3	11,3
Índia	6,8	5,9	7,0	7,47	6,61	-16,5	17,6	-7,7	-

Fonte: Asian Development Outlook (1999), Jetro (2001).

Após a crise financeira asiática de 1997, a China assumiu gradualmente grandecentralidade no novo desenho das relações econômicas na Ásia. Do ponto de vista geopolítico e geoeconômico, o estabelecimento da relação siamesa entre China e Estados Unidos modificou de modo importante a articulação econômica existente na região. Na medida em que a China “deslocou” parte importante das indústrias exportadoras dos seus vizinhos destinadas aos Estados Unidos, os países dessas regiões acabaram “desviando” suas exportações para o mercado chinês (MCKINNON; SCHNABL, 2003). Entre essas exportações, destacaram-se tanto os bens de capital intermediários utilizados para montagem de produtos finais, como os duráveis – aparelhos eletroeletrônicos, linha branca etc.

A indústria regional asiática, por sua vez, também se favoreceu do forte crescimento da estrutura exportadora chinesa. O câmbio subvalorizado e a estabilidade financeira, em um país onde os incentivos econômicos às exportações e à disseminação de indústrias intensivas em tecnologia eram imensos, permitiram o aprofundamento do esquema dos “gansos voadores” a partir da China. (MEDEIROS, 2010; MCKINNON; SCHNABL, 2003)

Em termos bilaterais, as relações econômicas estabelecidas entre a China e o restante do continente foram redesenhadas. Em função disso, cabe avaliar as principais características das novas relações existentes, ressaltando as grandes diferenças existentes entre cada uma delas. Para

o Japão, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan, a forte expansão das plataformas exportadoras e do mercado interno chinês beneficiou suas empresas. A produção de bens de capital, assim como a de insumos manufaturados japonesas, coreanas, taiwanesas e de Cingapura se aproveitaram da China de dois modos. De um lado, favoreceu-se da crescente demanda chinesa para importar máquinas e equipamentos necessários à realização dos gigantescos investimentos em infraestrutura e na indústria. De outro lado, encontrou um mercado de processamento de exportações em forte crescimento. Com isso, o Japão e os países do sudeste asiático viram o mercado chinês deter um volume crescente de suas importações, bem como de investimentos diretos que eram empregados nas etapas de montagem de bens acabados vendidos aos Estados Unidos, em menor escala, à Europa (WONG, 2010; MEDEIROS, 2006)

De modo geral, a China impactou basicamente de duas formas a articulação industrial e comercial do Sudeste da Ásia. Em primeiro lugar, fortaleceu e ampliou a integração produtiva regional já consolidada, principalmente das indústrias de alta tecnologia. Isto trouxe a reboque três movimentos simultâneos, a saber: favoreceu as exportações das empresas dos países mais industrializados da região – Japão e NIE-1 – que produziam e vendiam produtos sofisticados a partir de suas filiais instaladas no mercado chinês; atraiu importações de insumos industriais e máquinas desses mesmos países; e tornou a China um grande competidor, bem como abriu espaço para atuação de outros países no esquema dos “gansos voadores” em setores industriais menos elaborados.

Em segundo lugar, a partir da abertura do mercado de consumo chinês, os países exportadores de produtos básicos (alimentos, insumos industriais etc.) também puderam aumentar suas exportações e receber investimentos nesses setores. Estes dois impactos redefiniram as relações econômicas bilaterais entre a China e as demais regiões da Ásia.

Em termos gerais, as alterações dos fluxos de investimento externo direto no contexto de crescimento chinês se deram de duas formas. No caso da relação com os países mais desenvolvidos, o crescente deslocamento de atividades para as plataformas exportadoras chinesas, que foi impulsionado pelo aumento do comércio intra-firma, resultou em uma célere ampliação dos fluxos de investimentos externos das empresas japonesas e dos países do sudeste para a China – com o intuito de instalar suas filiais e/ou *joint ventures*.

TABELA 3  
Participação por país nos fluxos de IED recebidos pela China - 1995 - 2010

	Em %				
	Hong Kong	Cingapura	Coréia do Sul	Taiwan	Japão
1995	68,6	6,3	3,6	10,8	10,6
1996	65,8	7,1	4,3	11,1	11,7
1997	62,5	7,9	6,5	10,0	13,1
1998	61,6	11,3	6,0	9,7	11,3
1999	63,3	10,2	4,9	10,1	11,5
2000	63,6	8,9	6,1	9,4	12,0
2001	59,0	7,6	7,6	10,5	15,3
2002	57,5	7,5	8,8	12,8	13,5
2003	54,2	6,3	13,7	10,3	15,5
2004	53,0	5,6	17,4	8,7	15,2
2005	52,8	6,5	15,2	6,3	19,2
2006	61,1	6,8	11,8	6,4	13,9
2007	69,4	8,0	9,2	4,4	9,0
2008	75,8	8,2	5,8	3,5	6,7
2009	78,9	6,2	4,6	3,2	7,0
2010	80,5	7,2	3,6	3,3	5,4

Fonte: Ministry of Commerce of China. Disponível em : <[www.ceicdata.com](http://www.ceicdata.com)>  
Elaboração autor

Em suma, as industrializações lideradas pelos estados asiáticos se articularam entre si conectadas aos estímulos ou às pressões impostas pelos Estados Unidos. Essa articulação, todavia, não ocorreu em uma única tacada, mas sim gradativamente e de forma hierarquizada. Foi nesse cenário que a China se afirmou como ator central da articulação produtiva regional, depois da crise asiática de 1997.

Em consonância com o reforço da articulação produtiva nos moldes “gansos voadores”, a China dinamizou outras economias asiáticas, seja por meio da importação de produtos básicos e manufaturados para consumo interno das suas famílias e empresas, seja por intermédio das “plataformas exportadoras”. Isto afetou basicamente de duas formas o continente asiático. De um lado, os países mais desenvolvidos (Japão, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong) encontraram um país para comprar seus produtos industrializados – tanto os bens de capital e intermediários, como insumos para montagem de bens finais. Ademais, somente o Japão e os países do sudeste asiático puderam instalar no mercado chinês, por meio do investimento externo, várias de suas indústrias exportadoras – intensivas em trabalho e, principalmente, em alta tecnologia – a fim de elevar sua competitividade. De outro lado, os países menos desenvolvidos da ASEAN se aproveitaram da maior demanda chinesa por alimentos e matérias-primas (FERREIRA LEÃO, 2011).

Finalizando, é importante se destacar que os efeitos da ascensão econômica chinesa para a Ásia dependeu de suas relações exteriores com o restomundo, especialmente com os Estados Unidos. Nesse sentido, por exemplo, os rumos das tensões sino-americanas envolvendo a política cambial e as reformas do setor financeiro podem impactar no atual formato da integração asiática. Obviamente que suas relações com outras regiões fornecedoras de commodities matérias-primas (como o Leste Europeu e a América Latina) e também com aquelas que competem em segmentos de alta tecnologia também impactam nas decisões da China para o continente asiático. Desse modo, o papel da China na região dependeu muito da condução de suas políticas e demandas internas, mas também de seu engajamento na esfera internacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que para as economias da América Latina, a década de 2000, foi um período em que sua trajetória apresenta-se como um momento de redução da restrição externa ao crescimento, causada pelo boom de commodities, da abundante liquidez e das baixas taxas de juros nos países centrais, que permitiram a adoção de políticas de demanda efetiva (políticas fiscais e monetárias expansionistas e de transferência de renda) e propiciaram maiores taxas de crescimento das economias e melhorias de indicadores sociais. Entretanto, esses resultados econômicos e sociais benéficos para os países da região, mesmo para aqueles que optaram por políticas industriais, não conseguiram mudar suas estruturas produtivas periféricas (concentrada de renda, especializada e heterogênea). Estas economias optaram por uma estratégia passiva de inserção dinâmica e de composição dependente do crescimento mundial e de seus efeitos sobre os preços de commodities, deixando em segundo plano a inserção produtiva. Esta estratégia com forte dependência dos preços de commodities impôs limites econômicos e políticos ao desenvolvimento sem construir capacidades internas para direcionar a região numa trajetória mais autônoma.

O comportamento dinâmico bem sucedido das economias do sudeste asiático tem início a partir da década de 80, sob a liderança da economia japonesa. Este movimento inicial foi decorrente das transformações econômicas e políticas, ocorridas nos campos do comércio e investimento internacional. O dinamismo e a intensidade do comércio de produtos manufaturados de grande valor agregado e os fluxos de investimentos externos diretos entre os países da região converteram a zona no maior espaço de crescimento econômico até meados da década de 90. A



partir disso, quando se iniciou um movimento de desvalorização da moeda japonesa em relação ao dólar e da indexação das moedas dos outros países asiáticos a esta última, houve uma contínua valorização das moedas de alguns países do sudeste asiático. Associado a este movimento, a recessão da economia japonesa, eliminou parte dos incentivos de transferência da produção exportadora nipônica para esses países. Os fluxos de investimentos externos diretos japoneses conectados às exportações dos países da região se reduziram significativamente, modificando a estrutura de financiamento externo.

A valorização cambial e mudança do padrão de financiamento externo – em uma conjuntura de desequilíbrios comerciais e de abertura financeira, precipitaram as crises externas nos países do sudeste e leste asiático na segunda metade dos anos 1990. A fragilização da situação externa e as restrições impostas à expansão da capacidade produtiva dos países asiáticos abriram espaço para consolidação da China como centro manufatureiro da Ásia. Ao contrário dessas economias, a chinesa sustentou uma política que permitiu continuar a ampliação e a modernização da sua indústria, assim como a realização de uma inserção ativa na economia internacional. Após a crise do final da década de 90, a China passou a assumir a liderança do comportamento dinâmico da economia asiática. Juntamente a este movimento, o dinamismo chinês decorreu também da integração produtiva e econômica com os Estados Unidos. Esse processo teve com características: o investimento externo dos EUA na China, cadeias produtivas globalizadas sob a liderança de empresas norte-americanas e segmentação de industriais varejistas dos EUA junto a fornecedores chineses.

O desenvolvimento do sudeste asiático pode ser dividido em duas etapas distintas: a primeira capitaneada pelo Japão entre 1950 a meados dos anos 1990, e a segunda liderada pela China, pós-crise asiática de 1997 até os dias atuais. Neste último é de se enfatizar as modificações no comércio e no investimento estrangeiro na década de 2000, período em que a China se tornou o centro dinâmico regional.

Diferentemente do que ocorreu na América Latina, as economias do Sudeste Asiático optaram por uma estratégia mais ativa, com controle sobre a dinâmica da financeirização e atuação na esfera produtiva.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGUI, G. **A Ilusão do Desenvolvimentista**: uma reconceitualização da semiperiferia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- ARTUS, P. MISTRAL, J. PLAGNOL, V. **L'émergence de la Chine**: impact économique et implications de politique économique. Paris: Conseil d'Analyse Économique, 2011.
- BARAN, Paul. Economia Política do Subdesenvolvimento. In: Agarwala A.N. Singh S.P.A. **Economia do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Ed. Forense, 1969.
- BELLO, O. HERESI, R. **El auge reciente de precios de los productos básicos en perspectiva histórica**. s.l. : CEPAL, 2008. (Serie Macroeconomía del desarrollo; n. 71)
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R(ORG.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Estudos Gerais, 1994.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Commodities, choques externos, e crescimento: reflexões sobre a América Latina. **Macroeconomia del Desarrollo**, Santiago, n. 117, jan. 2012.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). La República Popular China y América Latina y el Caribe. Hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial. **Libros y Documentos Institucionales**, Santiago, jun. 2011.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. **Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo, n. 3, 1997, p. 19-46.
- CUNHA, A. A Estabilidade Perdida: explorando alguns limites para a reforma na arquitetura financeira internacional. In: Colóquio de Economistas Políticos da América Latina, III, Buenos Aires, 2003. **Anais...** Buenos Aires: [s.n.], 2003. 1 CD-ROM.
- FIORI, José Luis. **Panorama visto da Ponte**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

\_\_\_\_\_. **Um Projeto para Brasil**. São Paulo: Saga, 1968.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**; tradução de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio R. Contador. São Paulo: Atlas, 1982.

LEÃO, R. P. F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas**: uma interpretação. 2010. 201f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia, 2010.

MATTEI, Lauro. Desenvolvimento brasileiro no início do século XXI: Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Distribuição Ambiental. In: STIFTUNG, Heinrich Boll. **Um Campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich Boll Stiftung foundation, 2012, p. 32-47.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. O Debate sobre Convergência de Renda. **Monitor Público**, ano 3, 1996.

\_\_\_\_\_. Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOHLERS, M. (Org.) **Integração Produtiva**: caminhos para o Mercosul. Brasília: ABDI, 2010. p. 252-298.

\_\_\_\_\_. A Economia política da crise e da mudança estrutural da Ásia. **Econ. Soc.**, Campinas (SP), v. 10, n. 2, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Commodities, choques externos, e crescimento: reflexões sobre a América Latina. **Série Macroeconomia del Desarrollo**, jan. 2012. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/5349-commodities-choques-externos-crescimento-reflexoes-america-latina>> Acesso em: 21 set 2017.

MCKINNON, R. I. OHNO, K. **Dollar and Yen**: resolving economic conflict between the United States and Japan. Cambridge: MIT Press, 1997.

\_\_\_\_\_. SCHNABL, G. **China**: a stabilizing or deflationary influence in East Asia? The problem of conflicted virtue. Hong Kong: Hong Kong Institute for Monetary Research, 2003. (Working Paper, n. 23).

OZAWA, T. Pax Americana-led macro-clustering and flying geese-style catch-up in East Asia: mechanisms of regionalized endogenous growth. **Journal of Asian Economics**, v. 13, n. 6, p. 699-713, 2003.

PINTO, Eduardo Costa. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. PINTO, Eduardo Costa. ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na nova configuração global** : impactos políticos e econômicos. Brasília : Ipea, 2011.

\_\_\_\_\_. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e Crescimento com inclusão. In: **Contexto Econômico e Social**, Brasília, [2013].

- \_\_\_\_\_. BALANCO, P. Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. **Revista Olho da História**, n. 19, dez., 2012.
- \_\_\_\_\_. CARDOSO JR., J. LINHARES, P. A Experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de concertação nacional para o desenvolvimento. In: PINTO, E. & CARDOSO JR., J. & LINHARES, P. (Org.). **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2010.
- \_\_\_\_\_. CINTRA, Marcos Antônio Macedo. América Latina e China: limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **Discussion Paper**, n.12,2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/index.publicacoes/textosparadiscussão>. Acesso em: 21 set 2017.
- \_\_\_\_\_. GONCALVES, R. Les transformations mondiales et le nouveau rôle de la Chine. **Revue Tiers Monde**, v. 219, p. 19-38, 2014.
- \_\_\_\_\_. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e Crescimento com inclusão. **Contexto Econômico e Social**, [20--?].
- RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- SINOTT, E. Nash, J. De la Torre, A. **Natural Resources in Latin American and the Caribbean: Beyond Booms and Busts**. Washington: The World Bank, 2010.
- TORRES FILHO, E. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, J. L. F. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- USSHER, L. Combining International Monetary Reform with Commodity Buffer Stocks: Keynes, Graham and Kaldor. Bretton Woods, New Hampshire. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2008. **Proceedings...** New Hampshire : [s.n], 2011.